



Evento: XXXIV Seminário de Iniciação Científica

A dupla vulnerabilidade das mulheres com deficiência: desafios para o ingresso e permanência no ensino superior¹

Ana Carmela Franco Valente ², Joice Graciele Nielsson³, Louize Strada Selle⁴ e Luísa Coró Costa⁵

¹ Projeto de pesquisa Pessoas com transtornos globais de desenvolvimento (TGD) no Ensino de Pós-Graduação Stricto Sensu no Brasil: políticas públicas para a inclusão educacional e profissional, desenvolvido na Unijui; com financiamento da agência CNPq.

² Estudante do curso Direito, bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - PIBIC/CNPq. E-mail: anacarmelavalente@gmail.com.

³ Professor orientador do projeto Pessoas com transtornos globais de desenvolvimento (TGD) no Ensino de Pós-Graduação Stricto Sensu no Brasil: políticas públicas para a inclusão educacional e profissional. Doutora em Direito Público pela UNISINOS com estágio pós doutoral em Direito pela Università degli Studi "G. d'Annunzio" - Chieti (Itália) Professora do PPGD da UNIJUI. E-mail: joice.gn@gmail.com.

⁴ Estudante do curso Direito, bolsista PIBIC/CNPq. E-mail: louize.selle@sou.unijui.edu.br.

⁵ Estudante do curso Direito, bolsista PIBIC/CNPq. E-mail: luisa.costa@sou.unijui.edu.br.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho analisa os desafios enfrentados pelas mulheres com deficiência para o acesso, permanência e conclusão do ensino superior, a partir de uma perspectiva interseccional que considera a sobreposição de marcadores sociais de desigualdade. Visto que, as mulheres com deficiência vivenciam uma condição de dupla vulnerabilidade, decorrente tanto das discriminações de gênero quanto das barreiras impostas pela deficiência.

A relevância da pesquisa justifica-se pela reduzida participação de pessoas com deficiência no ensino superior e pela necessidade de compreender os obstáculos que dificultam sua trajetória acadêmica. Nessa perspectiva, busca-se responder ao seguinte questionamento: Por que as mulheres com deficiência encontram dificuldades para ingressar no ensino superior e o que compromete sua permanência?.

O estudo tem como objetivo evidenciar a interseccionalidade da deficiência sob a ótica de gênero, analisando as adversidades enfrentadas pelas mulheres com deficiência no ambiente universitário. Como hipótese inicial, tem-se que a sub-representação feminina com deficiência no ensino superior decorre da persistência de processos discriminatórios e das múltiplas barreiras sociais.



O trabalho encontra-se alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU, especialmente ao ODS 4, que visa assegurar educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e ao ODS 5, voltado à promoção da igualdade de gênero.

METODOLOGIA

O trabalho é fruto das atividades desenvolvidas no projeto Pessoas com transtornos globais de desenvolvimento no Ensino de Pós-Graduação Stricto Sensu no Brasil: políticas públicas para a inclusão educacional e profissional. Além disso, foi realizada pesquisa bibliográfica e documental por meio de coleta de materiais e leituras, a partir de livros, sites, artigos e fontes eletrônicas que versam sobre o tema pesquisado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

1. Deficiência e Gênero uma análise interseccional

A deficiência possui diversas compreensões, as quais perpassam dinâmicas culturais, influenciando trajetórias e modos de organização da sociedade, nos espaços e nas relações (Nielsson, 2024). Dessa forma, o entendimento da deficiência passou por três modelos distintos de tratamento social.

O primeiro modelo, relaciona a deficiência com a vontade divina ou o pecado. O segundo modelo, enfatiza a reabilitação, abordando a deficiência por meio de impedimentos e limitações, buscando estratégias para adaptar o indivíduo ao convívio social, justificando a segregação como forma de “cuidado” e “proteção”. O último modelo, chamado modelo social, propõe deslocar a compreensão da deficiência para uma construção social, reconhecendo a dignidade como elemento intrínseco da condição humana (Pedrazzi; Valente; Taborda, 2026).

Dessa forma, o denominado modelo social compreende que as pessoas com deficiência lidam com desvantagens, diante de uma cultura da normalidade privilegiada (Nielsson, 2024). A segunda geração do modelo social desencadeou debates sobre o significado de viver em um corpo deficiente (Diniz, 2007).

Desse modo, a deficiência pode ser compreendida como uma condição que emerge da interação entre as limitações físicas, intelectuais, mentais ou sensoriais de uma pessoa com as barreiras existentes no ambiente em que está inserida. Essas barreiras podem assumir diversas



formas e, dificultam ou impedem a participação social em igualdade de condições com as demais pessoas (Pedrazzi; Valente; Taborda, 2026).

Dessa forma, é imprescindível que seja realizada uma análise ampla da vivência da pessoa com deficiência, atentando-se não apenas em dificuldades físicas, mas também pessoais e subjetivas que influenciam a inclusão e o exercício pleno de seus direitos (Pedrazzi; Valente; Taborda, 2026).

Nesse ponto, quando analisamos mulheres com deficiência, as situações de discriminação e exclusão são potencializadas, uma vez que elas sofrem múltiplas violações, diante do capacitismo, patriarcado e desigualdades de gênero, produzindo formas sobrepostas de vulnerabilidade (Pedrazzi; Valente; Taborda, 2026).

Nesse sentido, destacam Corrêa e Araújo (2021, p. 5):

Essa afluência discriminatória acaba reverberando em diversas barreiras atitudinais, marcadas pela sociedade machista e patriarcal, na qual estamos inseridas. Estas mulheres com deficiência além de terem que enfrentar essas barreiras colocadas pelas marcas da misoginia, ainda enfrentam maiores discriminações do que qualquer outra mulher para ingressar no ensino básico ou superior.

Nesse contexto, a análise interseccional da deficiência mostra-se indispensável, pois essa condição está relacionada a outras formas de desigualdade social (Nielsson, 2024).

2. O acesso e permanência das mulheres com deficiência no ensino superior

Conforme exposto na seção acima, a condição de mulher e pessoa com deficiência não podem ser analisadas de forma fragmentadas, uma vez que se trata de um somatório de opressões, às quais acarretam a dupla vulnerabilidade da mulher, atingindo-a em várias âmbitos de sua vida, em especial na sua participação no ensino superior.

Uma vez que, as mulheres com deficiência enfrentam diversos obstáculos decorrentes tanto de sua condição de gênero quanto da deficiência, sendo impactadas por estigmas, preconceitos e barreiras sociais que dificultam sua plena participação na sociedade e restringem suas oportunidades de desenvolvimento (Corrêa e Araújo, 2021).

Dessa forma, quando essas mulheres buscam investir na educação superior, esses desafios tornam-se ainda mais evidentes, especialmente em razão da insuficiência de



acessibilidade, falta de condições que lhes garantam autonomia e igualdade no processo de aprendizagem (Corrêa e Araújo, 2021).

Quando se fala da deficiência, percebe-se que a sociedade não está preparada para receber pessoas com deficiência, uma vez que não há efetivas mudanças estruturais que possibilitam o sentimento de pertencimento. Assim, elas precisam adaptar-se a esses espaços pré-estruturados para a “normalidade”(Corrêa e Araújo, 2021).

Nessa perspectiva, às mulheres com deficiência no ensino superior lidam não só com as barreiras estruturais da universidade, mas também a sobrecarga decorrente da divisão sexual do trabalho e das responsabilidades familiares, historicamente atribuídas ao gênero feminino. A conciliação entre as demandas acadêmicas e as atividades domésticas torna-se um desafio adicional para a permanência dessas estudantes na universidade.

Nesse ponto, ao analisar a permanência de mulheres no ensino superior, Pereira (2023) em sua pesquisa de campo realizada na Universidade Federal do Amazonas em 2021, constatou que a necessidade de conciliar as responsabilidades familiares, domésticas, profissionais e acadêmicas está entre os principais obstáculos enfrentados pelas estudantes do sexo feminino. Em um dos relatos coletados, uma participante afirmou que sua maior dificuldade consiste em "conciliar o exercício de ser mãe, dona do lar e acadêmica" (Pereira, 2023, p. 71).

Ainda, ao descrever sua experiência, outra participante destacou que possui as mesmas responsabilidades acadêmicas dos estudantes homens, porém em condições distintas (Pereira, 2023, p. 71). Os relatos trazidos na pesquisa, demonstram que a permanência no ensino superior é atravessada por desigualdades estruturais que extrapolam o ambiente universitário.

Ademais, em estudo realizado na Universidade Federal de Pernambuco, Campus Agreste, verificou-se que, entre 2010 e 2020, apenas 122 estudantes com deficiência estavam matriculados nos cursos ofertados pela instituição, sendo 56 mulheres e 66 homens. Somente 29 concluíram a graduação, dos quais 18 eram mulheres. Embora esses dados demonstrem que as mulheres com deficiência apresentam maior número de concluintes em relação aos homens, observa-se que apenas aproximadamente 30% das estudantes que ingressaram concluíram o curso.



Diante desse cenário, verifica-se que o ingresso e a permanência das mulheres com deficiência está interligada às desigualdades de gênero, as barreiras impostas pela deficiência, que dificultam a trajetória acadêmica e comprometem a efetivação do direito à educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se, que as mulheres com deficiência, enfrentam desafios intensos, uma vez que às desigualdades de gênero somam-se as barreiras impostas pelo capacitismo e pela insuficiência de políticas institucionais capazes de garantir acessibilidade. Assim, a experiência universitária dessas mulheres é marcada pela intersecção entre gênero e deficiência, fatores que potencializam situações de exclusão e vulnerabilidade. A construção de universidades verdadeiramente inclusivas é fundamental para garantir a plena participação dessas mulheres e a concretização de seu direito à educação.

Palavras-chave: Deficiência. Ensino Superior. Gênero. Dupla vulnerabilidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CORREIA, Mariana Santiago Tavares; ARAÚJO, Raianny Kelly Nascimento. **Acesso e permanência das mulheres com deficiência no ensino superior: Refletindo sob a ótica da inclusão.** Research, Society and Development, v. 10, n. 7, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/rsd/article/view/16670/14768>. Acesso em: 11 jul. 2026;

DINIZ, Debora. **O que é deficiência.** São Paulo: Brasiliense, 2007;

NIELSSON, Joice. **Direitos Humanos e a Luta Anticapitalista: As Imbricações Interseccional Entre Gênero e Deficiência.** Anuário do Programa de Pós-Graduação em Direito da Unijuí, – Ijuí : Ed. Unijuí, 2024;

PEDRAZZI, Victória; VALENTE, Ana Carmela; OLIVEIRA, Vitória . **Violência Doméstica Contra Mulheres Com Deficiência: Uma Análise Multidisciplinar.** Anais do 13º Seminário Internacional de Direitos Humanos e Democracia Políticas Públicas e Sustentabilidade. Volume 1. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2025. v. 01. p. 296-304;

PEREIRA, Vanessa Monteiro. **Mulheres no ensino superior em Parintins-AM: desafios e estratégias de permanência em uma universidade pública.** 2023. 91 f. Trabalho de Conclusão de Curso Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia, Universidade Federal do Amazonas, Parintins, 2023. Disponível em: <https://riu.ufam.edu.br/handle/prefix/7860>. Acesso em 11 jul. 2026.